

## Escola, diversidade e formação docente: um olhar sobre os multiletramentos

Andrea Barreto Borges<sup>1</sup> 

William Jônatas Vidal Coutinho<sup>2\*</sup> 

<sup>1</sup> Instituto Federal da Bahia (IFBA) - Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) - Brasil

\*Autor de correspondência: [iambillwilljw@gmail.com](mailto:iambillwilljw@gmail.com)

### RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre o seguinte questionamento: de que maneira a formação de professoras e professores pode contribuir para o reconhecimento e a valorização das diferenças culturais nos contextos escolares e, conseqüentemente, sociais, sem perder de vista sua valorização enquanto profissional? Esta reflexão se justifica na necessidade de formação docente adequada a contextos sociais atuais. As considerações elencadas têm como objetivo refletir sobre a importância da formação dos educadores para atuar frente a diversidade na escola. Para tanto seguimos a metodologia de análise bibliográfica fazendo a abordagem da diversidade no contexto escolar, práticas de letramento e multiletramento e a interculturalidade descrevendo e discutindo autores como Candau (2012), Rojo e Moura (2012) e Kleiman e Santos (2019). Como resultado, o artigo traz sugestões para pensar criticamente a escola e a indicação do multiletramento como poderosa ferramenta na busca de atender a necessidade de transformação do perfil educacional e a urgência de construirmos novas formas de ler e escrever, que contemplem as diversas culturas até então silenciadas.

### PALAVRAS-CHAVE:

Escola  
Diversidade  
Formação docente  
Multiletramento  
Interculturalidade

**SUBMETIDO:** 10 de agosto de 2023 | **ACEITO:** 3 de setembro de 2024 | **PUBLICADO:** 21 de dezembro de 2024  
© fólio - Revista de Letras 2024. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

### Considerações iniciais

Este artigo trata de um tema bastante relevante à formação de educadores e a valorização das diferenças culturais nos contextos escolares, a questão do multiletramento. A temática é complexa e segue em processo de discussão, compreensão e, conseqüentemente, amadurecimento, com vistas a melhoria das práticas pedagógicas escolares. O estudo e a reflexão acerca desta temática justificam-se pela necessidade de formação docente que perpassa a conscientização das problemáticas existentes na educação escolar

brasileira para então abordar possíveis soluções. Visto que a sociedade muda constantemente, a atualização contínua de educadores seria primordial para lidar com novas questões que temporalmente surgem. Em todos os espaços educacionais, mas principalmente dentro de escolas públicas, onde há maior diversidade social e cultural, é fundamental levar em conta o contexto de todo o processo educacional permitindo que a educação seja “articulada com as diversas construções históricas e político-culturais de cada realidade.” (CANDAU, 2012, p. 236).

Diferenças culturais são diversas e expressam marcas identitárias, marcas étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, dentre outras que educadores precisam conhecer a fim de preparar-se para agir e interagir diante da realidade escolar.

Este trabalho objetiva, portanto, refletir sobre a importância da formação dos educadores para atuar diante da diversidade na escola, que se manifesta por meio da heterogeneidade cultural e social no cotidiano escolar. Esta é uma discussão que se faz urgente, pois, segundo Candau (2012),

Diferentes manifestações de preconceito, discriminação, diversas formas de violência – física, simbólica, bullying –, homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas deficientes, entre outras, estão presentes na nossa sociedade, assim como no cotidiano das escolas. (p. 237)

Abordaremos a relevância das práticas multiletradas (ROJO e MOURA, 2012), bem como a relação entre letramento e interculturalidade, destacando a importância dos multiletramentos locais “para o planejamento de programas educacionais que visem inserir os alunos em práticas letradas ideológicas” (KLEIMAN e SANTOS, 2019, p. 8). Metodologicamente, as considerações são trazidas a partir de ideias que apontamos em autores como Candau (2012), Rojo e Moura (2012) e Kleiman e Santos (2019).

### **Formação docente, multiletramentos e heterogeneidade na escola**

Nas práticas multiletradas, a interação acontece por meio da leitura e da escrita dos textos, geralmente em ambiente hipermídia, sempre de forma colaborativa, visto que é possível, além de ler e escrever, comentar, compartilhar, refazer, utilizando as diversas linguagens: texto verbal (oral e escrito), áudio, vídeo, imagens estáticas, todas em funcionamento ao mesmo tempo.

A função da escola é inserir o aluno no mundo da leitura e da escrita, algo que não é atingido quando o ensino se reduz à reprodução de atividades mecânicas de decodificação, desconsiderando as práticas sociais nas quais os sujeitos lidam - ou podem vir a lidar - com leitura e escrita para agir no mundo. (KLEIMAN e SANTOS, 2019, p. 14)

Nesse caso, o prefixo *multi*, presente no termo *multiletramento*, está presente também na palavra *multiculturalismo*. Este, na perspectiva abordada por Candau (2012) é “interativo e aberto” e acentua a interculturalidade e articula “políticas de igualdade com políticas de identidade e reconhecimento de diferentes grupos sociais” (p. 243). Ao tratarmos de qualidade da educação, a formação de educadores certamente é um dos temas centrais que envolve essa discussão. A relevância da temática a torna objeto de inúmeras pesquisas, além de conteúdo nos documentos oficiais, a exemplo da BNCC.

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. [...] Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. (BRASIL, 2017, p. 21)

Consideramos relevante destacar que educadoras e educadores de todo o Brasil não devem ser incluídos, nesse debate, como sujeitos sobre quem recai a cobrança para que a escola alcance seus objetivos, para que os discentes aprendam e para que a educação atinja números expressivos de inclusão e aprovação.

Professores(as), especialmente da escola pública, assim como estudantes e a sociedade em geral, vivenciam todos os dias os efeitos de uma sociedade excludente, cujas consequências chegam à escola: baixos salários, turmas numerosas, más condições de trabalho, falta de acompanhamento familiar, dentre outros aspectos que tornam essa profissão cada vez menos desejada entre estudantes de graduação. De acordo com relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2015, apenas 4,2% dos jovens desejavam ser professores.

Essa argumentação, porém, não objetiva colocar a formação docente em segundo plano, pois, além de tantos problemas,

[...] inúmeros têm sido os estudos e as pesquisas que identificam, descrevem e denunciam situações em que alunos/as com determinadas marcas identitárias são rejeitados/as, objeto de discriminações e inferiorizados no dia a dia das nossas escolas. (pp. 236-237)

E se o silenciamento e a discriminação acontecem na escola, certamente, os docentes são, na maioria das vezes, autores dessas práticas, reproduzindo preconceitos aprendidos e ainda não desconstruídos nos processos formativos. Sendo assim, exclusão vai gerando ainda mais exclusão, reprovação, evasão e uma escola cada vez mais distante da realidade social e cultural vivenciada por estudantes.

De acordo com Candau (2012), ao não levar em consideração a pluralidade cultural, ética, religiosa, sexual, dentre outras, na sala de aula, o docente parte de uma herança do século XIX, quando o objetivo da escola pública era criar um único povo, apagando as diferenças entre as pessoas, consideradas como iguais diante da lei. Assim, em face a essa prática de caráter homogeneizante, cabe acentuar as diferenças, não como oposição à igualdade “e sim à padronização, à produção em série, à uniformização” (p. 239).

Levar em conta a diversidade na escola enquanto se atua em multiletramentos envolve utilizar materiais impressos que são visualizados pelas pessoas dentro de sua cultura, meio social e práticas do dia a dia. Propagandas, revistas, bilhetes, ofícios, outdoors e outros recursos podem ser explorados pelo educador e educando. Fazendo isso, se busca permitir a exploração de materiais cotidianos e a diversidade a qual o aluno é exposta para além do espaço escolar.

A repetição de práticas docentes discriminatórias e desatualizadas tem inúmeros reflexos no cotidiano escolar, desde a seleção dos textos e gêneros a serem trabalhados; a exclusão dos gêneros produzidos pelos(as) estudantes, seus poemas, músicas e demais formas de expressão em diversas linguagens; na orientação da escrita de textos em língua padrão, rejeitando e ridicularizando as variações linguísticas; até a exclusão e silenciamento das diversas identidades. Assim, a escola se torna ambiente fértil de proliferação de piadas de mau gosto, de não reconhecimento das diferenças, de preconceitos e de ignorância. Não identificamos outro caminho para a melhoria do espaço educativo escolar a não ser por meio dos processos formativos e do diálogo.

Diante dessa realidade, faz-se necessário abordar os processos de multiletramentos, que são essenciais para a

reafirmação dos saberes do grupo periférico para fins de autovalorização e de subversão dos papéis e lugares que lhe são atribuídos pelos grupos mais poderosos. (KLEIMAN e SANTOS, 2019, p. 10)

Kleiman e Santos (2019) destacam o desafio de desconstruir e de desnaturar preconceitos e discriminações que sutilmente impregnam as relações sociais e, conseqüentemente, a escola. E, “reconhecer e valorizar as diferenças culturais, os diversos saberes e práticas, e a afirmar sua relação com o direito à educação de todos” (p. 246) é abrir espaço para as diversas formas de expressão, de linguagens, de textos e culturas, que chegam por meio do impresso, do digital ou das expressões orais, de forma a romper o espaço monocultural da escola.

Desta forma, compreende-se que as práticas de letramento e multiletramento possuem estreita relação com o sentido de educação intercultural, visto serem necessárias para a “construção democrática, a equidade e o reconhecimento dos diferentes grupos socioculturais que os integram” (CANDAUI, 2012, p. 242).

Uma formação docente que favoreça a compreensão das teorias e práticas acerca dos multiletramentos no cotidiano escolar certamente pode abrir espaço para os saberes diversos da comunidade, para as tradições orais que chegam pelos contadores de história e por gêneros do discurso estigmatizados, como o *rap* e outros estilos musicais, textos literários, jornalísticos, acadêmicos, dentre outros, produzidos por pessoas de grupos socialmente excluídos, como mulheres, negros, pessoas com deficiências, pessoas LGBTQIA+ e indígenas.

Em se tratando do foco principal aqui discutido, formação docente, valorização e reconhecimento da diversidade cultural, há um grande problema que é a falta de investimento público para capacitação permanente de educadores(as). Além disso, é cada vez mais notório que a escola não é inclusiva, não acolhe a diversidade, e isso tem disso uma realidade cada vez mais crescente nas políticas públicas atuais. Kleiman e Santos (2019) apontam letramento e interculturalidade como um caminho necessário para a busca de soluções para que a escola acolha a heterogeneidade cultural e os conflitos provenientes de uma diversidade até então silenciada:

Adentrando no letramento escolar na busca de elementos para elaborar uma pedagogia intercultural que tem o conflito como pressuposto, várias frentes podem ser pensadas: a questão da identidade de gênero é

uma delas. Uma pedagogia intercultural envolve a flexibilização de diretrizes de ensino preocupadas não apenas com competências a serem atingidas pelo alunado, mas com a diversidade e o multiculturalismo, posto que a escola é um lugar de encontro de alunos com diversas orientações sexuais e identidades de gênero, o que faz do corpo um território de permanente conflito. (p. 11-12)

Esse exemplo pode ser estendido para outras diversidades, como étnica, religiosa, artística, de orientação sexual, dentre outras. E se a formação dos educadores e educadoras é frágil, o letramento pode partir de diálogo com pessoas da comunidade e pesquisadores, que podem partilhar textos escritos e orais, enriquecidos pela experiência cotidiana, seja na comunidade ou na academia. Assim, abrir espaço para pessoas representativas dos grupos sociais, ONGs, grupos culturais e pesquisadores é essencial para o processo de letramento.

A leitura e a escrita no contexto escolar precisam, de fato, preparar os sujeitos para as diversas práticas sociais. Dessa forma, A pedagogia dos multiletramentos transgredir as relações de poder estabelecidas e são interativas (ROJO e MOURA, 2012). Isso aponta para a necessidade de transgressão de uma ordem estabelecida nos letramentos escolares, em que os gêneros, linguagens e esferas sociais geralmente são pouco diversificados. Neste sentido, a formação dos(as) docentes precisa direcioná-los(as) para novas práticas de multiletramento, para que desenvolvam ações pedagógicas significativas, com linguagens variadas, que expressam culturas locais, em especial em ambientes de hipermídia.

O treinamento metodológico se faz necessário na formação docente e as possibilidades podem ser trabalhadas no currículo que inclui não apenas o ensino, mas também pesquisa e extensão. O professor em formação pode examinar as possibilidades e aplicabilidades pedagógicas em multiletramentos para trabalhar diferentes gêneros discursivos respeitando as diferentes identidades presentes no espaço escolar como ambiente de construção leitora.

Uma situação recorrente na atuação do professor de Letras é o atuar em sala de aula plural em sentido cultural, ético, religioso, sexual e linguístico. Um caso especial é a atuação em sala de aula regular em que há a presença de aluno(s) surdo(s). A formação de educadores para abordagem da alfabetização e letramento de estudantes surdos através de uma linguagem compreensível para eles implica na adoção de metodologias voltadas a um indivíduo imerso em uma comunidade linguística onde sua identidade e cultura

é singular e a modalidade de sua primeira língua é diferente da que é utilizada por alunos ouvintes.

A fim de compreendermos os múltiplos letramentos, é fundamental que a formação do profissional de Letras que atuará em letramentos contemple uma concepção de linguagem e língua que vá além do texto, considerando o indivíduo e o contexto em que ocorrem as interações comunicativas. Essa abordagem também abrange a leitura, a fala e a escuta como importantes processos de comunicação.

O dialogismo enfatiza a interação verbal entre as pessoas e é de suma importância como contribuição à formação de professores para o multiculturalismo e multiletramento. Tanto a fala quanto a escuta são componentes essenciais nos processos interacionais. Através do diálogo, ideias são trocadas, significados são construídos e a compreensão é compartilhada. O dialogismo reconhece a importância da voz do outro na construção de sentido e na formação e internacional de perspectivas.

Os letramentos não se limitam a uma única forma de linguagem ou a um único contexto. São diversos e variados, dependendo das diferentes linguagens e dos variados contextos em que a comunicação ocorre. Os letramentos não se limitam e perpassam por tipologias que vão desde o letramento acadêmico e profissional até o letramento digital, visual, midiático, entre outros e que podem ser pensados, demonstrados, consultados e apropriados pelo currículo de cursos de formação de professores (LENZI; BERTRAM, 2011). Essa diversidade de letramentos é moldada pelas diferentes linguagens presentes na sociedade, como a escrita, a imagem, o som e o gesto.

O contexto em que o letramento ocorre também se faz relevante, podendo oferecer oportunidades e desafios específicos para a construção de habilidades de leitura, escrita, fala e escuta. Compreender os múltiplos letramentos requer considerações minuciosas que permitam reconhecer a importância de valorizar e promover a diversidade de práticas comunicativas não se prendendo a modelos ultrapassados porém ainda usados em que o ensino da língua costuma ser mais centrado em aspectos gramaticais e estruturais, negligenciando a dimensão discursiva da linguagem.

Ao trabalhar com gêneros discursivos, o ensino da língua se torna mais contextualizado e significativo para os alunos. Os gêneros estão presentes em

situações reais de comunicação, tornando o aprendizado mais relevante para a vida cotidiana dos estudantes. Assim, ao explorar diferentes gêneros discursivos, os alunos têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades de leitura, escrita, fala e escuta em diferentes contextos e finalidades comunicativas (LENZI; BERTRAM, 2011).

Aprender a explorar diferentes possibilidades de letramento também tem importância para a interação verbal e diálogo que possibilitam a construção de significados. As habilidades discentes podem ser aprimoradas quando o educador consegue levar o aluno a participar ativamente das atividades de linguagem compartilhando ideias e experiências (CANDAU, 2012). Os gêneros discursivos refletem a diversidade linguística e cultural de uma sociedade. Ao trabalhar com esses gêneros, os professores valorizam e respeitam as diferentes formas de expressão presentes na comunidade escolar. A adoção dessa abordagem exige que os docentes repensem suas práticas pedagógicas e considerem novas estratégias de ensino, materiais didáticos adequados e avaliações que estejam alinhadas com os objetivos que propõe.

A mudança para uma abordagem mais discursiva da língua é uma evolução importante no ensino brasileiro, promovendo uma compreensão mais profunda e abrangente da linguagem. Essa mudança implica em novas posturas docentes, estimulando o professor a repensar seu modo de ensinar e criar ambientes de aprendizagem mais ricos e significativos para os alunos.

Em todo esse contexto de diferenças e relações sociais é fundamental atentar às especificidades. Como exemplo, trazemos o caso de pessoas surdas no ambiente educacional. Dentro da escola também ocorre o processo de formação e de identificação cultural. O aluno surdo traz não apenas a diferença social mas também linguística. De fato, a criança ouvinte tem a oportunidade de ser exposta à linguagem oral desde o nascimento, o que lhe proporciona a aquisição de uma língua natural (COUTINHO, 2018). Isso lhe permite estabelecer comunicação, participar das interações sociais em seu ambiente e desenvolver sua linguagem efetiva.

Com o domínio da língua, o indivíduo se torna capaz de participar ativamente do processo dialógico em sua comunidade, compartilhando ideias, expressando sentimentos e compreendendo melhor o mundo ao seu redor, expandindo sua concepção de realidade (DIZEU; CAPORALI, 2005). Contudo, o

processo de aquisição da primeira língua não ocorre nos mesmos moldes para crianças surdas com pais ouvintes que não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ocorre com crianças ouvintes filhas de pais ouvintes ou crianças surdas com pais surdos. As crianças surdas criadas em um ambiente sem acesso à Libras enfrentam dificuldades em adquirir facilmente a modalidade linguística utilizada pelos seus pais (GOLDFELD, 2002).

Essa barreira linguística pode impactar o desenvolvimento comunicativo e social da criança surda, tornando necessário o papel dos agentes educacionais em oferecer uma língua compreensível para o educando surdo, proporcionando-lhe uma base sólida para a construção de sua identidade e cultura singular no contexto de sua comunidade linguística. Isso também deve ser levado em conta no processo de letramento (COUTINHO, 2018).

O trabalho pedagógico nesse cenário deve fornecer os recursos necessários para a inserção do sujeito surdo no processo dialógico de sua comunidade, possibilitando que ele compartilhe conhecimentos, compreenda o mundo à sua volta e se expresse plenamente. Para tanto, dar acesso a gêneros textuais distintos apresentados em língua de sinais, a primeira língua, e na língua portuguesa, a segunda língua, terá um impacto profundo no desenvolvimento das crianças surdas. A língua é o alicerce fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de qualquer indivíduo, e para as crianças surdas, a língua de sinais é essencial para sua plena participação na sociedade e sua identificação cultural como membros da comunidade surda.

Quando uma criança surda não tem a oportunidade de aprender a língua de sinais desde cedo, ela pode enfrentar dificuldades na formação de uma identidade cultural surda. A língua de sinais é uma parte vital da cultura surda, e é por meio dela que as crianças surdas podem se comunicar, compartilhar experiências e expressar suas emoções de maneira natural e completa. A falta de letramento em uma língua de sinais pode levar a um sentimento de isolamento e alienação, pois as crianças surdas podem se sentir excluídas tanto da comunidade surda quanto da comunidade ouvinte. Além disso, a falta de exposição à língua de sinais pode resultar em atrasos no desenvolvimento da compreensão de ideias abstratas e conceitos complexos.

Professores e profissionais da educação devem ser capacitados para atender às necessidades linguísticas e educacionais dessas crianças, proporcionando-lhes um ambiente propício para o pleno desenvolvimento de

suas habilidades e potencialidades, bem como para o fortalecimento de sua identidade cultural surda. Somente assim poderemos assegurar que todas as crianças tenham oportunidades iguais de crescimento e sucesso. As atividades de ensino devem ir além da mera memorização de regras gramaticais e vocabulário isolado, e devem estar ancoradas em projetos de estudos que conectem a linguagem a diferentes áreas do conhecimento.

A abordagem por projetos de estudos permite que os alunos trabalhem a língua em contextos reais e significativos. Eles podem explorar diversos temas e tópicos, desenvolvendo suas habilidades linguísticas enquanto investigam e aprendem sobre assuntos que lhes interessam. Isso torna o aprendizado mais envolvente, estimulante e conectado com a realidade dos estudantes (LENZI; BERTRAM, 2011).

Além disso, é importante relacionar as atividades linguísticas com a rotina e as ações cotidianas das crianças, tanto individualmente quanto em grupo. Ao fazer isso, o ensino da língua se torna mais contextualizado, relevante e aplicável na vida diária dos alunos. Com adequação metodológica do professor durante o letramento, o aluno conseguirá perceber que a linguagem está presente em todas as suas interações sociais e que ela é uma ferramenta fundamental para se comunicar e compreender o mundo ao seu redor.

Outro ponto importante é incentivar a reflexão sobre a linguagem e o uso da fala e da escuta. Alunos surdos e ouvintes devem ser encorajados a pensar criticamente sobre a forma como se comunicam e a escolher as palavras adequadamente para cada contexto. Dessa forma, o multiletramento nas duas línguas se torna mais abrangente, valorizando não apenas o conhecimento gramatical e vocabular, mas também as habilidades de comunicação, a criatividade e a capacidade de se expressar de forma clara e eficiente do aluno surdo.

De modo geral, o objetivo é preparar todo estudante apesar de diferenças culturais e sociais nos contextos escolares para serem cidadãos comunicativamente competentes e de participarem ativamente da sociedade respeitando a diversidade linguística e cultural que nos rodeia.

## **Considerações finais**

Pensar criticamente a educação brasileira requer a análise e a reflexão acerca de diversos aspectos, desde questões relacionadas aos recursos financeiros, toda a parte da estrutura física, o currículo, os documentos oficiais que regem os processos de ensino-aprendizagem, dentre tantos outros. Todos esses âmbitos da educação devem funcionar (ou deveriam, já que não é uma realidade) de forma equilibrada e eficiente, de modo que os estudantes se desenvolvam. Mas, os números e nossas vivências na educação podem comprovar que não é bem isso o que acontece.

Diante dessa complexidade, este trabalho trouxe algumas reflexões sobre a formação dos(as) educador(as), visto que estes lidam cotidianamente com as consequências da precarização da educação em todos os sentidos. Discutimos, ainda, sobre o desafio do educador, de interagir e valorizar as diferenças culturais e linguísticas no contexto escolar.

Os caminhos aqui apontados, dos multiletramentos como caminho para acolhimento e valorização da diversidade, precisam ser experimentados, pois essa perspectiva do letramento dá sustentação ao ensino para a diversidade e o multiculturalismo. Educar tomando como ponto de partida diversas linguagens e culturas é importante para reverter uma educação excludente, especialmente em se tratando das populações mais vulneráveis.

## **Referências**

BRASIL, SEB/MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Versão Final. Brasília, SEB/MEC, 2018.

CANDAU, M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. In: *Educação e Sociedade* - Revista de Ciência da Educação. Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.

CNTE. Apenas 2,4% dos jovens brasileiros querem ser professor. CNTE.ORG. 2018. Disponível em:  
<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/educacao-na-midia/66038-apenas-2-4-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

COUTINHO, W. J. V. *Educação, identidades e culturas surdas no Instituto Federal de Roraima*. 2018. 87 f.. Dissertação (Mestrado em Educação

Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018.

DIZEU, L.C.T. de B; CAPORALI, S.A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/ago. 2005.

GOLDFELD, Márcia. *A Criança Surda*. Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo. Editora Plexus. 2002.

KLEIMAN, A.; SANTOS, C. Letramento e interculturalidade: do evento vernacular ao evento escolar. In: *Revista Com Sertões*, Juazeiro, v.7, n.1, jul.-dez., 2019).

LENZI, N. E; BERTRAM, R. C. M. *Letramentos múltiplos na alfabetização*. Indaial: Uniasselvi, 2011.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

**RESUMEN:** Este trabajo presenta reflexiones sobre la siguiente interrogante: ¿cómo la formación de docentes puede contribuir al reconocimiento y valoración de las diferencias culturales en los contextos escolares y, en consecuencia, sociales, sin perder de vista su valoración como profesional? Esta reflexión se justifica por la necesidad de una formación docente adecuada a los contextos sociales actuales. Las consideraciones enumeradas pretenden reflexionar sobre la importancia de formar a los educadores para actuar frente a la diversidad en la escuela. Para ello, seguimos la metodología del análisis bibliográfico abordando la diversidad en el contexto escolar, las prácticas de alfabetización y multialfabetización y la interculturalidad, describiendo y discutiendo autores como CANDAU (2012), ROJO y MOURA (2012) y KLEIMAN y SANTOS (2019). Como resultado, el artículo trae sugerencias para pensar críticamente la escuela y la indicación de la multialfabetización como herramienta poderosa en la búsqueda de atender la necesidad de transformar el perfil educativo y la urgencia de construir nuevas formas de leer y escribir, que contemplan la diferentes culturas hasta entonces silenciadas.

**PALABRAS-CLAVE:** Escuela; Formación de profesores; Diversidad; Multialfabetización; Interculturalidad.